

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 12 DE SETEMBRO DE 2017

NÚMERO 7.168

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Nei A. Ascari
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
Serafim Venzon - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 080ª Sessão Ordinária realizada em 05/09/2017 2 Ata da 006ª Sessão Extraordinária realizada em 05/09/2017 5 Ata da 018ª Sessão Especial realizada em 05/09/2017 6</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 8</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 12 Notificação 15 Portarias 15</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gelson Merísio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck
Dirce Heiderscheidt
Ana Paula Lima

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Fala sobre Santa Catarina, um estado pequeno, com um povo trabalhador que se desafia todos os dias, mas, infelizmente, agora percebem que foram ludibriados pela propaganda

enganosa do governo, que apregoava que este era um estado de excelência.

Constata que nas últimas semanas começou a repercutir a situação da Saúde catarinense, com uma crise sem precedentes, e uma dívida estratosférica que todo dia apresenta um valor diferente. Ressalta que as pessoas estão desesperadas nas filas dos hospitais, a Segurança vive um grande caos, e a Educação, grandes pautas de campanha do governador Raimundo Colombo, agora estão na UTI. Comenta que falta até combustível para abastecer as aeronaves e as viaturas da polícia. Também destaca que o Judiciário catarinense custa caro e, segundo divulgação da imprensa, só consegue resolver 25% dos casos que são de fato julgados.

Lamenta que seja esta a realidade, pois não seria possível esconder para sempre uma situação tão drástica, sendo que o próprio Ministério Público cobra uma auditoria das contas da Saúde. Também declara que o Parlamento já denunciou muitas vezes a falta de aplicação do mínimo constitucional na Saúde em Santa Catarina, e as manobras fiscais que mascaram a aplicação dos recursos. Registra que a população está buscando desesperadamente os seus direitos, porque a Saúde pública não funciona, e alerta

para a necessidade de providências urgentes no sentido de apurar e punir os responsáveis por esta dívida impagável, pois a sociedade não pode se responsabilizar pelo ônus da má gestão. [Taquigrafa: Sara]

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Manifesta-se sobre a segurança pública no estado, fazendo menção ao assalto a um carro forte que ocorreu na divisa de Videira e Fraiburgo. Reforça a importância de fortalecermos a Polícia de Santa Catarina no sentido de melhorar a segurança dos catarinenses. Também ressalta a necessidade de uma reforma na Lei Penal, que está ultrapassada, obsoleta e não protege o cidadão, e espera que a questão seja debatida no Congresso Nacional para a criação de uma lei forte que venha fazer com que a criminalidade não avance no país.

Reporta-se à visita do presidente da República à China, manifestando satisfação pela notícia da abertura do comércio de carne e frango do estado de Santa Catarina com o referido país, e parabeniza o esforço do governo do estado, dos órgãos de fiscalização sanitária, bem como dos produtores, que realizam um trabalho excelente para o desenvolvimento da agroindústria catarinense. [Taquigrafa: Cristiany]

Partidos Políticos

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

(Orador) - Registra a passagem dos 100 anos de emancipação político administrativa de Porto União, na presente data, e que acompanhou a entrega do título de Cidadão Honorário ao governador Raimundo Colombo, como também a instalação simbólica do governo do estado na cidade, mencionando que se sente honrado em representar o município na Assembleia Legislativa, e muito grato à população, por ter tido expressiva votação na última eleição, sendo o deputado mais votado da região.

Faz referência a história da cidade, informando que foi escolhida como uma das 100 melhores do país para se viver, destacando a educação como referência entre os melhores índices de desenvolvimento do estado, e que se caracterizou pela sangrenta Guerra do Contestado.

Finaliza cumprimentando toda a administração os moradores, e que vai continuar contribuindo para o sucesso econômico e crescimento do município.

Deputado Darci de Matos (Aparteante) - Comenta que as comemorações foram magníficas, o povo é formado por sírios, libaneses, alemães, ucranianos e italianos, e que na versão romântica o nome da cidade significa, encontro das tropas com os caminhos das águas, ocupando a sétima posição em expectativa de vida no Brasil. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PSD

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador)

- Reporta-se à situação da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, destacando a atuação da Polícia Civil e Militar ao afirmar que sociedade civil, mesmo presenciando com apatia aos crimes bárbaros contra os policiais militares, necessita das mencionadas instituições para protegê-la. Ao mesmo tempo, questiona a legislação Penal por ser mais branda com o criminoso, afirmando a necessidade de a mesma ser rediscutida e alterada urgentemente.

Cita matéria jornalística de Moacir Pereira referente à entrevista com o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Enfatiza que o estado precisa estar presente no início da vida do cidadão de forma a prevenir com políticas públicas, levar serviços básicos para os bairros mais carentes, educação com escola em tempo integral e outras medidas preventivas.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Corrobora a fala do deputado, abordando que a discussão da legislação penal deve ser ampla com a sociedade.

Deputado Natalino Lázare (Aparteante) - Menciona que o tema abordado deve ser debatido profundamente.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo assunto importante elencado. [Taquígrafa: Silvia]

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Aproveita o ensejo da Semana da Pátria para refletir sobre a atual situação do Brasil promovida pelo presidente Michel Temer que

coloca o patrimônio brasileiro à mercê das grandes potências do mundo, referindo-se à privatização do petróleo, da energia elétrica e da disponibilidade de terras na Amazônia, contrapondo-se à gestão do presidente Lula que há dez anos promoveu o desenvolvimento no país, criando blocos econômicos para a solução de sua dependência financeira, políticas públicas em prol da sociedade brasileira, além de aumentar o acesso de jovens às universidades e às escolas técnicas.

Por fim, lamenta que não há nada a comemorar no dia 7 de setembro, porém reforça que o Partido dos Trabalhadores continuará lutando pelo querido Brasil e sua independência. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador)

- Comenta declaração feita pelo governador do estado, em encontro do seu partido, de que na região há apenas o deputado estadual Gabriel Ribeiro, não reconhecendo a sua presença na Assembleia e classificando este deputado como louco.

Pondera que o conceito de loucura tem mudado ao longo do tempo, explicando tal evolução com exemplos na ficção e também na literatura técnica. Considera, ainda, que muitas das características que, às vezes, são colocadas como doença, na realidade, são traços da personalidade da pessoa.

Argumenta, entretanto, que colocar alguém em tal categoria, muitas vezes, é uma forma de desqualificar a pessoa, porque para o governo a normalidade é não receber críticas, considerando como loucura fazer críticas à situação da Saúde e das contas públicas. Ressalta que não se surpreende com o ocorrido porque, segundo o ditado popular, de médico e louco todo mundo tem um pouco. Porém, acha inadmissível que uma pessoa, em sua consciência, tome R\$ 700 milhões emprestados para entregar aos municípios, desconhecendo que para incrementar a economia é necessário mais do que tomar dinheiro emprestado, precisa-se, sim, de medidas saneadoras.

Explica que discordar do outro está longe de ser loucura, e que o governo tem que aceitar o debate das ideias, a discussão das contas públicas e da situação da Saúde, para que seja possível dar um melhor atendimento à população catarinense. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar n. 0008/2013, Projetos de Lei n.s: 0143/2017 e 0202/2017.

Comunica, outrossim, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0304/2016, 0650/2016 e 0698/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0155/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0165/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0195/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0196/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0207/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0063/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a inscrição de atletas nos Jogos Abertos, Juguinhos Abertos e demais competições promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Catarinense de Desporto (Fesporte).

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0176/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que denomina Escola Estadual Professor Ângelo Cascaes Tancredo a escola estadual situada no bairro Bela Vista, no município de Palhoça.

Ao projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0228/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre o desembarque de mulheres, pessoas com deficiência e idosos usuários do transporte coletivo do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0271/2016, de autoria do deputado Roberto Salum, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bancos estabelecidos no âmbito do território catarinense receberem as contas e faturas de consumo de concessionárias de luz, água, telefonia e gás, pelos guichês de caixa de atendimento presencial existentes no interior de suas agências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0282/2017, de autoria do deputado Patrício Destro, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do estado de Santa Catarina para o município de Mafra.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0587/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que disciplina a realização de eventos esportivos em Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foram apresentadas emendas modificativas, aditivas e supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. [Taquígrafa: Cristiany]

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0319/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei n. 16.733, de 2015, que "Consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina", para dar nova denominação ao Hospital e Maternidade Dom Joaquim, de Brusque.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0151/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que denomina o Edison Daniel Longhi o Ginásio de Esportes do Distrito de Marombas, no município de Brunópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0158/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes, que institui o Dia do Vigia da Pesca Artesanal da Tainha, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0163/2017, de autoria do deputado Altair Silva, que institui o Dia Estadual do "Coach", no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0379/2016, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que reconhece simbolicamente João da Cruz e Souza, como promotor público, ao direito que lhe foi negado em 1883.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado: Dirceu Dresch.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0095/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado aos secretários da Casa Civil e da Saúde, solicitando informações sobre o montante total da dívida da saúde do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0096/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações acerca dos critérios de cadastramento de médicos no SC Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0097/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviado aos secretários da Saúde, solicitando informações acerca das obras do setor de quimioterapia do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, em São Miguel do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0098/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Agricultura, solicitando informações sobre licitações referentes ao Programa Microbacias O3, no município de Arvoredo, bem como valores a serem pagos para as empresas vencedoras, motivo para o não pagamento e previsão por parte do estado para a realização do pagamento a estas empresas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0154/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, a ser enviada ao presidente da república e aos ministros do Meio Ambiente e do Turismo, apelando pela intervenção federal junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de Proteção Ambiental da Baleia Franca, para que efetive a implantação e execução das medidas fiscalizatórias e regulatórias e que o Turismo de Observação de Baleias Embarcado volte a acontecer no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0155/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao presidente da república, ao coordenador do Fórum Parlamentar e a Bancada Federal Catarinense no Congresso Nacional, manifestando contrariedade à aprovação do § 2º do Art. 50 do PLS 650/15. (proíbe o funcionamento de zoológicos fora das capitais)

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Jean Kuhlmann e Dirceu Dresch.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0156/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao prefeito do município de Blumenau, apelando pela continuidade dos trabalhos em prol da educação blumenauense da Escola Básica Municipal Margarida Freygang, bem como solicitando que nenhuma decisão pelo fechamento da unidade escolar seja tomada sem ouvir a comunidade escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0157/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao prefeito do município de Indaial, apelando pela continuidade dos trabalhos da Escola Municipal Encano Central, bem como, solicitando que nenhuma decisão pelo fechamento da referida unidade escolar seja tomada sem que a comunidade seja consultada.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0158/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da república, ministro do Meio Ambiente, presidentes do Senado e da Câmara Federal e demais autoridades, manifestando posição contrária a aprovação do Projeto de Lei n. 6.268/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Fauna e dá outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0827/2017, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Fatma, solicitando informações acerca das obras que receberam os recursos da compensação ambiental, realizadas na região

sul do estado, bem como, onde foi aplicado o valor arrecadado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0819/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0820/2017, de autoria do deputado Narcizo Parizotto; 0821/2017 e 0822/2017; de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0823/2017, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0824/2017, de autoria do deputado Darci de Matos; 0825/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare; e, 0826/2017, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0631/2017, 0632/2017, 0633/2017, 0634/2017 de autoria do deputado Mário Marcondes; 0635/2017, de autoria deputado Neodi Saretta; e, 0636/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h28, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Ana Maria].

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 16h28, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputado: Silvio Dreveck
DEPUTADO SILVIO DREVECK
(Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK
(Presidente) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0282/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)

- Faz referência à questão do uso de agrotóxicos na agricultura catarinense, o que traz problemas de saúde aos consumidores. Enfatiza que o Brasil é o país que mais utiliza veneno nas plantações, ocasionando contaminação nos leitos de rios, nos solos e causa sérios problemas no meio ambiente.

Relata, segundo dados numéricos da Abrasco, que 70% dos alimentos consumidos *in natura* possuem algum tipo de agrotóxico, dos quais 28% contêm substâncias não autorizadas, segundo a Anvisa.

Devido à relevância do tema, apresenta os Projetos de Leis n.s: 0327/2017 e 0328/2017, tratando o primeiro de Política Estadual de Redução de Agrotóxicos - a PEARA; e o segundo, estabelece a obrigatoriedade de

indicação expressa, nas embalagens, do uso de agrotóxicos nos produtos alimentares que são comercializados no estado de Santa Catarina. Afirma que a população precisa saber dos riscos relacionados à saúde quanto ao uso indiscriminado de venenos na produção de alimentos. Comenta que a Organização Mundial de Saúde indica a ocorrência de mais de 70 mil intoxicações crônicas e agudas em função dos agrotóxicos usados na agricultura.

Discorre sobre a produção de orgânicos no Brasil, salientando que Santa Catarina consome 87% dos produtos cultivados por oitocentas famílias em 138 municípios. Elenca uma estimativa para 2020 de 2.400 famílias no ramo de orgânicos e com uma probabilidade de crescimento anual de 20%. [Taquígrafa: Silvia]

DEPUTADO SILVIO DREVECK
(Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em homenagem ao Movimento da Renovação Carismática Católica e pela passagem dos 50 anos de surgimento no mundo.

ATA DA 018ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017, EM HOMENAGEM

AO MOVIMENTO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA

E PELA PASSAGEM DOS 50 ANOS DE SURGIMENTO NO MUNDO

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido, neste momento, as autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Senhor padre Leandro Rech, neste ato representando o reverendíssimo senhor bispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck;

Senhor diretor espiritual do Conselho da Renovação Carismática Católica, padre Cláudio Peters;

Senhor segundo-tenente Carlos Alberto Schneiders, neste ato representando o senhor comandante de 63º Batalhão de Infantaria coronel André Vicente Scafutto de Menezes;

Excelentíssimo senhor vereador do município de Joinville Maurício Peixer, neste ato representando o excelentíssimo senhor presidente da Câmara de vereadores de Joinville, Fernando Krelling;

Excelentíssimo senhor vereador do município de São José, Carlos Eduardo de Souza Martins;

Excelentíssimo senhor vereador do município de Itajaí, Roberto Rivelino da Cunha;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao Movimento da Renovação Carismática Católica e pela passagem dos 50 anos de surgimento no mundo.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do hino).

Convido, ainda, para compor a mesa, a Senhora presidente do Conselho Estadual da Renovação Carismática Católica em Santa Catarina, Luciana Neves Pereira Alves.

Saúdo e registro a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor vereador do município de Criciúma, Salésio Lima;

Excelentíssimo senhor vereador do município de Içara, Higor Robetti Battisti;

Senhor coordenador estadual da Juventude Teilor Topanotti;

Senhor seminarista Alex Macedo de Liz Júnior, neste ato representando o reverendíssimo senhor reitor do Seminário Convívio de Emaús da Arquidiocese de Florianópolis, padre Vânio da Silva;

Representantes da Comunidade Betânia;

Senhora chefe de gabinete da secretaria de estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Kelly Dalla Lama. *[Degravação: Tayliny da Silva]*

A seguir teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, então, faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou esta sessão.

Gostaria, inicialmente, de agradecer a compreensão de todos em razão do atraso no início desta sessão especial. Mas o atraso, evidentemente, é justificável, porque as questões de mobilidade aqui na região já são difíceis, e hoje, de modo especial, ficaram complicadas em função de acidentes que aconteceram à tarde e no início desta noite. Mas o importante é que todos estão aqui e bem. Conseguimos, com a presença de todos, um grande número de pessoas, realizar esta importante sessão especial.

Gostaria, com muita alegria, de cumprimentar a sra. presidente do Conselho Estadual da Renovação Carismática Católica em Santa Catarina, Luciana Neves Pereira Alves; o revmo. padre Leandro Rech, neste ato representando o bispo da Arquidiocese da Capital; o revmo. padre Cláudio Peters, e dizer que é uma alegria encontrá-lo nesta sessão. *[Degravação: Taquígrafa Cristiana]*

Saúdo o segundo-tenente Carlos Alberto Schneiders, neste ato representando o coronel comandante do Batalhão de Infantaria do estado de Santa Catarina; os vereadores já nominados e também os que chegaram durante a sessão.

Faço um cumprimento, muito especial, às pessoas que vieram das várias cidades do nosso querido estado.

Promover esta sessão especial em homenagem aos 50 anos de surgimento da Renovação Carismática no mundo, para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, é muito mais do que realizar apenas um ato formal. O que queremos celebrar nesta noite com todos vocês é este sentimento de renovação que há cinco décadas representa uma nova forma de ver, sentir, promover e valorizar a vida e de construir uma ação que une milhões de pessoas mundo afora.

Não por acaso este movimento chama-se Renovação Carismática. Essas duas palavras, lidas de forma separadas, também são carregadas de significados importantíssimos: renovar é tornar algo outra vez novo, atrativo, especialmente neste caso oferecer uma nova prática para a milenar tradição e uma nova leitura aos ensinamentos que nos deixaram o próprio Cristo e os evangelistas; e carisma, além de ser um dom extraordinário, de encantamento, é na origem da palavra uma graça divina.

Isso explica muito acerca dos acontecimentos que transportaram este movimento mundial desde as suas primeiras manifestações, há cinco décadas, nos Estados Unidos, até os dias atuais. E é exatamente por conta da importância deste movimento na vida de tantas pessoas que estamos aqui, nesta noite, no Parlamento Catarinense, celebrando este importante momento.

Santa Catarina, tão distante do local do surgimento da renovação carismática, também comemora a sua existência, o seu crescimento e o interesse que este movimento desperta em milhares e milhares de pessoas.

E, no momento em que verificamos muitas manifestações de intolerância, de

radicalismo e de falta de humanidade, é nobre, muito nobre o sentimento de renovação que fez a Igreja Católica se tornar mais próxima dos jovens, das pessoas, enfim, mais próxima das famílias. Também é muito nobre o investimento nas ações sociais, iniciativa que fortaleceu os laços e os ideais da Igreja que de forma tão apropriada e acentuada marcam também a trajetória da Renovação Carismática no Brasil e no mundo.

Do mesmo modo, verificamos que os eventos da Renovação estão cada vez mais cheios de jovens, e isso é até reconfortante. Eventos gigantescos no Brasil agora estão reunindo as novas gerações deste país e plantando nelas o desejo de ajudar, de cooperar, de voluntariar, enfim, de seguir com fervor os ensinamentos da Renovação. *[Degravação: Taquígrafa Elzamar]*

Penso que, apesar do caráter institucional da Renovação Carismática dentro da estrutura oficial, é inegável que essa iniciativa tem sido responsável pelo reencontro das pessoas com a sua fé e com os mais nobres sentimentos cristãos.

Para todas as pessoas aqui presentes e para aqueles que não puderam estar presentes, mas que estão immanados e sintonizados com este movimento e este momento, meu desejo é que possam continuar neste caminho, que é do bem e para o bem; para as pessoas que representam aqui as dez dioceses distribuídas em todo estado - Florianópolis, Chapecó, Rio do Sul, Blumenau, Caçador, Criciúma, Tubarão, Joaçaba, Lages e Joinville - fica o nosso respeito, admiração e os votos da continuação de um bom trabalho.

Enfim, desejo que todas as pessoas envolvidas nessa nobre causa fortaleçam-se ainda mais na missão de continuar renovando, sem nunca esquecer aquilo que é milenar e que desde sempre deve unir todas as pessoas, que é seguramente o amor ao próximo.

Parabéns a todos, sobretudo aqueles que serão, neste momento, homenageados! E rogo a Deus que lhes dê saúde para continuarem esta bela missão no nosso querido estado.

Abraço a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A seguir convido a mestre de cerimônias para proceder à nominata de todos que serão homenageados nesta noite.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Nicolí Madeira) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem ao Movimento da Renovação Carismática Católica e pela passagem dos 50 anos de surgimento no mundo.

O Movimento teve início nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo. No Brasil expandiu-se rapidamente e, atualmente, encontra-se presente em todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. No estado de Santa Catarina o Movimento existe há 41 anos.

A Renovação Carismática Católica está presente em mais de 200 países, com mais de 40 milhões de pessoas engajadas transformando vidas pela ação do Espírito Santo.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado estadual José Nei Ascari para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem a senhora presidente do Conselho Estadual da Renovação Carismática Católica de Santa Catarina, Luciana Neves Pereira Alves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)[Degravação: Taquígrafa Sílvia]

Peço que a senhora Luciana permaneça à frente. Por sua brilhante atuação na presidência do Conselho Estadual da Renovação Carismática Católica de Santa Catarina, recebe neste momento a honraria a senhora Luciana Neves Pereira Alves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o reverendíssimo padre Leandro Rech, neste ato representando o reverendíssimo bispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora Alice da Silva Carvalho, pioneira da Renovação Carismática Católica em Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o senhor Richardson Cesconetto, secretário-geral do Conselho Estadual.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o reverendíssimo padre Cláudio Peters, diretor espiritual do Conselho Estadual.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a senhora Claudia Aparecida Scheid Pereira, neste ato representando o fundador da comunidade Arca da Aliança, em Joinville, senhor diácono Elias Dimas dos Santos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem a reverendíssima irmã Sandra Mara de Paula, neste ato representando todos os religiosos do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Parlamento catarinense fará a entrega de certificados às personalidades que contribuíram para a construção dessa valorosa história.

Convido para receber o certificado a senhora Daiana Rehbein, presidente do Conselho da Diocese do município de Chapecó.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora Lidiane da Silva Cunha, presidente do Conselho na Arquidiocese do município de Florianópolis.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas) [Degravação: Cinthia de Lucca]

Convido para receber o certificado o senhor Eduardo Mauro, presidente do Conselho da Diocese de Blumenau.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Valdir Marafigo, neste ato representando a presidente do Conselho da Diocese do município de Caçador, senhora Tereza Stokolosa.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Gilmar Ricardo, presidente do Conselho da Diocese do município de Criciúma.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Alexander Souza de Oliveira, presidente do Conselho da Diocese do município de Tubarão.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora Luciana Neves, neste ato representando o presidente do Conselho da Diocese do município de Joaçaba, senhor Douglas Dal Zotto.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado a senhora Alice da Silva Carvalho, neste ato representando o presidente do Conselho da Diocese do município de Lages, o senhor Júlio César de Souza.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Bento Albano, presidente da Diocese do município de Joinville.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Pedro Manoel da Silva, presidente do Conselho Estadual no período de 2008 a 2011, e atual coordenador do Ministério de Fé e Política.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Adriano José Mendes, presidente do Conselho Estadual no período de 2012 a 2015.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Salésio Lima, o vereador do município de Criciúma, com conselho de mandato acompanhado pelo Ministério de Fé e Política.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para receber o certificado o senhor Roberto Rivelino da Cunha, vereador do município de Itajaí, com conselho de mandato acompanhado pelo Ministério de Fé e Política.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas) [Degravação: Taquígrafa Ana Maria]

Convido para receber o certificado o vereador do município de São José, com conselho de mandato acompanhado pelo Ministério de Fé e Política, senhor Caê Martins.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Agradeço ao senhor deputado pela entrega das homenagens.

Seria homenageado também, nesta noite, o presidente do Conselho da Diocese do município de Rio do Sul, senhor Valdir Marcelo Cardoso.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Convidamos para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados e em nome da instituição homenageada, a senhora presidente do conselho da Renovação Carismática Católica em Santa Catarina, Luciana Neves Pereira Alves.

A SRA. LUCIANA NEVES PEREIRA ALVES - Sr. deputado José Nei Ascari, demais componentes da mesa, todas as pessoas aqui presentes, srs. padres, religiosas, coordenadores diocesanos, legisladores, coordenadores de ministérios, coordenadores estaduais, ex-coordenadores estaduais, amado

povo carismático do estado de Santa Catarina, boa noite! A paz de Jesus!

É com muita alegria que eu me dirijo a vocês, em nome de toda Renovação Carismática Católica de Santa Catarina, dos mais de 600 grupos de oração espalhados por todo estado e de todos os homenageados desta noite.

Vivemos um momento histórico para a RCC de todo o mundo, do Brasil e de Santa Catarina, em virtude desses 50 anos, e estamos felizes, emocionados e agradecidos a Deus por estarmos aqui. O Movimento, nas palavras de um dos pioneiros no Brasil, Reinaldo Bezerra, é uma desenhada estratégia de Deus para os tempos modernos, uma redescoberta da pessoa do Espírito Santo e sua ação na igreja e no mundo.

Representa hoje uma parcela do povo que ora, que louva, que trabalha para uma sociedade mais justa, mais fiel e mais santa. Para nós, carismáticos, 50 anos é apenas um ponto de partida, mas também temos certeza de que este tempo e neste tempo o mover do espírito alcançou famílias, jovens, idosos, crianças e adultos que puderam e podem testemunhar uma vida nova em Deus, pessoas restauradas, agentes de transformação no mundo.

O Papa Francisco nos intitulou como uma corrente de graça, porque dessa espiritualidade nasceram e nascem tantas novas expressões, novas comunidades, institutos, congregações. Ele viu e vê a RCC como uma mãe geradora de filhos para a Igreja, com seus diversos carismas para o bem da humanidade. [Degravação: Taquígrafa Sara]

Somos um povo bem disposto e preocupado com as questões políticas e sociais também. Temos o Ministério de Fé e Política que tanto se esforça para que os valores cristãos mais caros da nação brasileira, como a família, não sejam subtraídos de nosso meio, e se dedica para que o espírito evangélico seja o norte verdadeiro a inspirar os nossos governantes.

Vimos como um grande sinal de Deus esta sessão acontecer na Semana da Pátria, e nas vésperas de nosso congresso estadual que acontece pela décima sexta vez, dos dias 14 a 17 deste mês, na cidade de Videira, visto que estamos em campanha de oração e de jejum por nosso país e por este evento jubilar.

Queremos aqui também, nós todos, famílias carismáticas, clamar o Espírito Santo, para que o seu fogo abrasador, como no ato dos apóstolos, capítulo II, toque todos os que entrarem nesta Casa de Leis, aonde tantas decisões são tomadas. Que o sangue precioso de Cristo Jesus esteja sobre este lugar e reine seu senhorio para sempre! E nós, como apóstolos e apóstolas da efusão do Espírito Santo que somos, sob a interseção da Virgem de Pentecostes, convidamos cada um, cada uma para que possamos por alguns segundos permanecer em estado de oração nesta Casa.

Se quiserem elevar os seus braços ao céu, render no seu coração uma oração, peçam, meus irmãos! O Senhor nos deu uma oportunidade, aqui nesta Casa Legislativa, neste lugar onde tantas decisões são tomadas, para que de fato possamos pedir a ação do Espírito Santo: Senhor, diante de tua presença colocamo-nos e pedimos que venhas a nós com teu poder e tua graça; tu és o batizador; derrama teu espírito sobre todos nós que estamos aqui, de maneira muito particular naqueles que trabalham nesta Casa para legislar por Santa Catarina; nós colocamos e entregamos tudo em tuas mãos, Senhor, porque confiamos na tua soberana presença! Muito obrigada, Senhor! Bendito seja o teu poderoso nome! Amém! Aleluia!

Que nós possamos permanecer assim, como o Senhor nos chamou a ser, apóstolos e apóstolas da efusão do Espírito Santo! E, antes de deixar esta tribuna, gostaria de convidar para ocupar este lugar de fala, o padre Cláudio e os sacerdotes, para que nos deem uma bênção. Gostaria de finalizar minha fala com a bênção sacerdotal dos padres presentes.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PADRE CLÁUDIO PETERS- O Senhor esteja convosco! Ele está no meio de nós! Que Deus Pai de infinita misericórdia derrame sobre cada um de nós que está aqui nesta noite, sobre todo este ambiente e sobre todas as pessoas que trabalham na Casa a sua bênção protetora! Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo! Amém!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - A Presidência gostaria de cumprimentar a Luciana por sua manifestação.

Queremos, mais uma vez, saudar a todos e cumprimentar de modo especial os homenageados e homenageadas desta noite.

Faço aqui uma citação muito especial ao querido amigo Salésio Lima, vereador de Criciúma. Conheço seu trabalho, sua dedicação e comprometimento. Tenho certeza de que isso está presente no trabalho de todos os demais homenageados.

Tenho certeza de que todas essas homenagens são muito justas. O trabalho que vocês fazem, fortalecendo este movimento em toda Santa Catarina, é extraordinário.

Quero fazer aqui, também, uma referência a nossa colaboradora Fran Lima, que foi quem organizou toda esta sessão especial, e faço uma saudação também a todos os servidores da Casa que estiveram ou estão envolvidos nesta sessão muito especial.

Desejo que todos retornem bem aos seus lares. Muitos aqui terão um chão muito grande pela frente, uma caminhada longa, mas tenho certeza de que todos chegarão bem. Esta Casa permanece à disposição de todos e de todas.

A Presidência agradece a presença das autoridades e a todos que nos honraram com seu comparecimento.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. [Degravação: Iago Zilli Seemann][Revisão: Taquígrafa: Crisiany].

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 477, de 06 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **LYVIA MENDES CORREA**, matrícula nº 7213, da Comissão Legal - Processo Administrativo, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, código PL/FC-2, constituído pelo Ato da Mesa nº 802/2016, de 16/12/2016, a contar de 1º de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

Replicado por Incorreção

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 478, de 06 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ART. 1º DESIGNAR a servidora **GRAZIELA MELLER MILANEZE**, matrícula nº 6866, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal - Processo Administrativo, constituído pelo Ato da Mesa nº 802/2016, de 16/12/2016, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-2, a contar de 1º de setembro de 2017.

ART. 2º DESIGNAR como Presidente da referida Comissão a servidora **DANIELE DE MIRANDA SILVA**, matrícula nº 7209.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputado Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

Replicado por Incorreção

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 479, de 06 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º INCLUIR no Ato da Mesa nº 545/2015, de 19 de agosto de 2015, o servidor **JERRY EDSON COMPER**, matrícula nº 6585, a contar de 1º de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 480, de 6 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **FABIO MATIAS POLLI**, matrícula nº 1010, da Comissão Legal - Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 6 de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 481, de 6 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **IZAURO LUIZ PEREIRA**, matrícula nº 2091, da Comissão Legal - Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 6 de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 482, de 6 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **ANA MARIA MAIA RAMOS**, matrícula nº 1606, da Comissão Legal - Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 6 de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 483, de 6 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **CARMEN LUCIA MARIAN**, matrícula nº 1873, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal - Avaliação de Desempenho Funcional, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 6 de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 484, de 6 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal - Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 6 de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 485, de 6 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **MIRIAN LOPES PEREIRA**, matrícula nº 3547, servidora da EPAGRI à disposição da ALESC, como membro da Comissão Legal - Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 6 de setembro de 2017.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 486, de 06 de setembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º EXCLUIR da Comissão Especial constituída pelo Ato da Mesa nº 308, de 2 de junho de 2014, o servidor **LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA**, matrícula nº 633.

Art. 2º DESIGNAR como Presidente da referida Comissão Especial a servidora **THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS**, matrícula nº 7229.

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 487, de 06 de setembro de 2017

Dispõe sobre critérios para contratação e pagamento de honorários aos colaboradores eventuais e de gratificação aos servidores ativos e à disposição, lotados na ALESC, para ministrarem cursos, palestras e atividades congêneres, por intermédio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e

CONSIDERANDO que é do interesse da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e de suas Comissões Parlamentares, promover palestras, cursos e atividades correlatas, tendo como objetivo a capacitação, qualificação e o aprimoramento técnico dos servidores do Poder Legislativo, bem como a realização de eventos de livre participação do público externo interessado para expor e discutir políticas públicas de interesse da sociedade;

CONSIDERANDO que nem sempre a Assembleia Legislativa dispõe, nos seus quadros, de servidores com capacitação profissional para exporem determinados temas relacionados ao Parlamento e de interesse da sociedade, ou de pessoal com disponibilidade para dedicar-se às atividades de docência e apresentação de conteúdo;

CONSIDERANDO que a qualificação dos agentes públicos e políticos integrantes da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais de Vereadores é fundamental para a persecução dos anseios da sociedade, tornando o Poder Legislativo mais eficaz e representativo;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar parâmetros objetivos e transparentes para contratação e remuneração dos profissionais que venham a colaborar com a Administração, assim como para o pagamento de gratificação dos servidores ativos da Assembleia Legislativa que venham a desenvolver atividades de docência e afins, consoante preveem os arts. 85, IV, e 86, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o art. 16, II, da Resolução nº 202, de 7 de março de 2001, e o art. 37, XI e XVI, "b", da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º As contratações de colaboradores eventuais e as gratificações pagas aos servidores efetivos, ou à disposição, lotados na ALESC, para ministrarem cursos, palestras, capacitações e outras atividades congêneres, realizadas por intermédio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, serão realizadas em conformidade com o estabelecido neste Ato.

Parágrafo único. Para os fins deste Ato, considera-se colaborador eventual a pessoa física ou jurídica que não possui vínculo empregatício ou contratual com a Administração, convidada para prestar serviços de natureza técnica especializada relacionada à docência, capacitações, cursos, palestras e atividades afins, com a finalidade de atender ao interesse público no âmbito da ALESC.

Art. 2º A contratação do colaborador eventual deverá observar, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especificamente quanto aos procedimentos e requisitos de natureza jurídica e fiscal para a contratação por meio de dispensa de licitação em virtude do pequeno valor.

Art. 3º O colaborador eventual e o servidor serão remunerados de acordo com a Tabela de Honorários constante no Anexo Único deste Ato, estipulada conforme os seguintes critérios:

I - tipo da atividade a ser desenvolvida;

II - nível de conhecimento e formação acadêmica do profissional, previamente comprovada por meio da apresentação de diploma, certificado ou qualquer documento idôneo que tenha efeito probante; e

III - período de duração da atividade desenvolvida que, convertido em horas-aula, correspondente a 50 (cinquenta) minutos.

§ 1º O colaborador eventual e o servidor farão jus:

I - a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma hora-aula quando o tempo de duração da atividade for inferior a 30 (trinta) minutos; e

II - ao valor de uma hora-aula quando o tempo de duração da atividade for superior a 30 (trinta) minutos.

§ 2º Em atividades relacionadas à pesquisa, o valor da hora-aula será aplicado para remunerar o planejamento da metodologia, o levantamento e compilação de dados e a produção do conteúdo.

§ 3º Em atividades relacionadas ao Ensino a Distância (EAD), o valor da hora-aula será aplicado para remunerar as atividades de monitoramento e correção de avaliações.

Art. 4º Os custos de aquisição de passagem aérea e terrestre do colaborador eventual, compreendendo o deslocamento de sua residência até o local do evento contratado e a volta, bem como as despesas de hospedagem exclusivamente no Município de Florianópolis, serão suportados pela ALESC por intermédio dos contratos administrativos específicos firmados com prestadores desses serviços.

Art. 5º Para a contratação de pessoa jurídica, o valor da remuneração será aferido de acordo com as características da atividade que será desenvolvida e do profissional indicado, aplicando-se os valores estabelecidos na Tabela de Honorários constante do Anexo Único.

Parágrafo único. No caso de designação de número múltiplo de profissionais pela pessoa jurídica, a remuneração deverá respeitar o limite previsto no inciso II do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 1993.

Art. 6º O reajuste dos valores definidos no Anexo Único deste Ato será deliberado pela Mesa, mediante solicitação motivada pelo Presidente da Escola do Legislativo, devendo ser aplicado como referência o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), correspondente ao período.

Art. 7º O pagamento de honorários à pessoa física será processado mediante apresentação de nota fiscal avulsa ou, na impossibilidade dessa, mediante apresentação de Requisição de Pagamento Autônomo (RPA), cabendo a ALESC reter e recolher os tributos e encargos devidos, em consonância com a legislação vigente.

Art. 8º O pagamento de honorários à pessoa jurídica será processado mediante apresentação de nota fiscal avulsa, cabendo a ALESC reter e recolher os tributos e encargos devidos, de acordo com a legislação vigente.

Art. 9º É vedada a contratação de pessoa jurídica com o código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), registrado na Receita Federal, incompatível com a execução do objeto contratado.

Art. 10. É proibida a contratação de pessoa jurídica que possua no seu quadro societário servidor público vinculado à ALESC e/ou seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau.

Art. 11. As pessoas físicas e jurídicas contratadas diretamente por dispensa de licitação em razão do pequeno valor podem ser recontraídas, desde que a soma das contratações no mesmo ano não ultrapasse o limite fixado no inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 12. As disposições deste Ato não se aplicam às contratações de profissionais de notória especialização e singularidade devendo, neste caso, serem observadas as exigências e os procedimentos estabelecidos no art. 25, inciso II, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 13. O pagamento de gratificação dos servidores pelo exercício das atividades descritas neste Ato deverá observar o disposto

nos arts. 85, IV, e 86, § 1º, da Lei nº 6.745, de 1985, e no art. 37, XI e XVI, "b", da Constituição Federal, aplicando-se os valores previstos no Anexo Único.

Art. 14. O servidor inativo da ALESC que desenvolva qualquer atividade abrangida por este Ato será considerado profissional externo, sendo aplicadas todas as exigências e valores referenciais previstos para o colaborador eventual.

Art. 15. As despesas decorrentes deste Ato correrão à conta do orçamento geral da Subação 001155 - Modernização e Manutenção da Escola do Legislativo, conforme o caso.

Art. 16. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Portaria nº 001, de 29 de março de 2014, da Escola do Legislativo "Deputado Lício Mauro da Silveira".

Deputado **Silvio Dreveck** - Presidente

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

Deputado Mauricio Eskudlark - Secretário

ANEXO ÚNICO DO ATO Nº 487, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

TABELA DE HONORÁRIOS

COLABORADOR EVENTUAL E SERVIDOR

ATIVIDADES	NÍVEL DE CONHECIMENTO / FORMAÇÃO ACADÊMICA	VALOR HORA-AULA EM REAIS*
Palestra, Simpósio, Conferência ou Seminário	Doutorado	R\$ 768,42
	Mestrado	R\$ 537,25
	Especialização	R\$ 383,57
	Graduação	R\$ 229,88
	Ensino Médio ou Fundamental	R\$ 153,69
	Conhecimento Popular	R\$ 100,00
Videoconferência (Palestra, Conferência ou Seminário)	Doutorado	R\$ 537,89
	Mestrado	R\$ 376,08
	Especialização	R\$ 268,50
	Graduação	R\$ 160,92
	Ensino Médio ou Fundamental	R\$ 107,58
	Conhecimento Popular	R\$ 70,00
Mesa-redonda ou Debate	Doutorado	R\$ 384,21
	Mestrado	R\$ 268,62
	Especialização	R\$ 191,78
	Graduação	R\$ 114,94
	Ensino Médio ou Fundamental	R\$ 76,05
	Conhecimento Popular	R\$ 50,00
Aula Presencial, Capacitação, Apresentação de Painéis, Oficina e Workshop	Doutorado	R\$ 251,84
	Mestrado	R\$ 213,09
	Especialização	R\$ 167,89
	Graduação	R\$ 129,15
	Ensino Médio ou Fundamental	R\$ 90,41
	Conhecimento Popular	R\$ 80,00
Curso de Ensino a Distância (EAD) Síncrono	Doutorado	R\$ 125,92
	Mestrado	R\$ 106,55
	Especialização	R\$ 83,95
	Graduação	R\$ 64,58
	Ensino Médio	R\$ 45,21
	Orientação Acadêmica	Doutorado
Mestrado		R\$ 91,69
Especialização		R\$ 76,20
Pesquisador	Doutorado	R\$ 461,05
	Mestrado	R\$ 329,97
	Especialização	R\$ 229,88
	Graduação	R\$ 152,94
Membro de Comissão Avaliadora, Examinadora e Julgadora	Doutorado	R\$ 461,05
	Mestrado	R\$ 329,97
	Especialização	R\$ 229,88
	Graduação	R\$ 152,94

OUTROS SERVIÇOS	REFERÊNCIA	VALOR
Moderação/Mediação	Hora	R\$ 250,00
Auxílio de Pesquisa	Hora	R\$ 45,88
Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (Libras) **	Até 6 (seis) horas indivisíveis	R\$ 1.760,00
	Adicional de até 1 (uma) hora ou fração	R\$ 220,00
	Adicional de até 2 (duas) horas ou fração	R\$ 440,00
Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (Libras) - para surdocegos**	Até 6 (seis) horas indivisíveis	R\$ 2.400,00
	Adicional de até 1 (uma) hora ou fração	R\$ 300,00
	Adicional de até 2 (duas) horas ou fração	R\$ 600,00
Tradução e Interpretação de Língua Estrangeira em: Palestras, Seminários e Congêneres**	Até 6 (seis) horas indivisíveis	R\$ 1.500,00
	Adicional de até 1 (uma) hora ou fração	R\$ 375,00
	Adicional de até 2 (duas) horas ou fração	R\$ 750,00
Tradução de Texto	Tradução por palavra	R\$ 0,38
	Tradução literária por lauda (30 linhas x até 70 caracteres com espaço por linha)	R\$ 34,00
Diagramação de Texto - (publicação de até 16 páginas)	A4 / Ofício / Tablete - por página	R\$ 60,00
	Standard / Tabloide / Revista - por página	R\$ 100,00
	Projeto Gráfico (Jornais e Revistas) - por página	R\$ 2.700,00
Revisão de Texto - (considerando uma lauda como sendo equivalente a 1.400 caracteres - incluindo os espaços)	Revisão Linguística (AB0101) - por lauda	R\$ 5,00
	Revisão Crítica (AB0102) - por lauda	R\$ 8,00
	Formatação Gráfica (AB0201) - por lauda	R\$ 2,00
	Formatação Bibliográfica (AB0202) - por lauda	R\$ 2,00

*1 (uma) hora-aula = 50 (cinquenta) minutos

**valores referentes aos serviços de 2 (dois) tradutores-intérpretes (no mínimo dois tradutores-intérpretes)

GLOSSÁRIO

Palestra: conferência proferida por especialista para um público específico.

Simpósio: reunião de técnicos e especialistas destinada a apresentar comunicações sobre temas de grande interesse de um público selecionado, bem como realizar intercâmbio de ideias e informações. Não tem como foco o debate. Tem a figura do moderador e o público participa ao final.

Congresso/Conferência: eventos de grande porte e de organização complexa, que reúnem elevado número de participantes com objetivo de assistir às apresentações feitas por especialistas a respeito de um ou mais temas. Suas programações são variadas e podem ocorrer diversos eventos menores dentro deles.

Seminário: congresso científico ou cultural cujo objetivo é a atualização e o debate de conhecimentos técnicos. Grupo de estudos em que os participantes reúnem e debatem cada matéria em questão. Nos seminários, cada pessoa pesquisa e apresenta o tema que lhe foi atribuído.

Videoconferência: sistema de conferência realizada pela internet a partir da geração de múltiplos pontos para múltiplos pontos de recepção. Neste caso, a interação ocorre de forma simultânea entre os participantes.

Mesa-redonda: reunião de especialistas ou técnicos que discutem ou deliberam, em pé de igualdade, sobre determinado assunto. É coordenada por um moderador que disciplina a reunião e orienta a participação do público, mediante perguntas.

Debate: discussão pública entre dois ou mais oradores que devem apresentar e defender seus pontos de vista. No debate sempre há um mediador com atribuição de coordenar as falas. Normalmente, em debates, o público é apenas ouvinte. É um método bastante eficaz para expor temas que apresentem posições conflitantes. Os participantes da mesa devem ser pessoas seguras do assunto a ser abordado.

Apresentação de Painéis: reunião na qual a mesa é composta por personalidades ou especialistas que apresentam diferentes pontos de vista a respeito de um tema que será debatido em plenário.

Oficina: semelhante ao *workshop*, sendo a oficina mais utilizada para prática de técnicas.

Workshop: oficina de treinamento especializado cujo objetivo principal é praticar uma técnica. Nesse evento, o treinando aprende a executar uma tarefa ou procedimento. O responsável pelo *workshop* deve ser alguém com prática, capaz de resolver problemas com rapidez e repassar aos participantes sua experiência. O local para a realização do *workshop* precisa ser adequado aos trabalhos que serão realizados.

Curso de Ensino a Distância (EAD) Síncrono: aquele em que o professor e o aluno estão em aula ao mesmo tempo, fazendo uso de recursos como telefone, chat, videoconferência e webconferência. Nesta categoria de cursos o número máximo de alunos por turma deve ser orientado pela estratégica do projeto, a fim de garantir a aprendizagem.

Moderação/Mediação: consiste no controle das questões a serem perguntadas em uma discussão, garantindo que não ocorra um desvio do foco principal. Imparcial, o moderador/mediador cede o mesmo tempo para cada lado da questão, possibilitando o compartilhamento de pontos de vista, bem como rejeição ou refutação.

REFERÊNCIAS

<http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdf-menu/admsuperior/cerimonial-mainmenu-151/611-classificacao-de-eventos>

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

<http://penta2.ufrgs.br/edu/videoconferencia/dulcecruz.htm>

http://www.ehow.com.br/atuar-mediador-debate-como_19460/

<http://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-628-2016-santa-catarina-regulamenta-a-lei-n-16480-de-2014-que-institui-o-programa-estadual-de-educacao-a-distancia-proedis-e-estabelece-outras-providencias>

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta minutos, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, José Nei Ascari e Mauro de Nadal. **O presidente** fez a leitura do ofício nº 111/2017 expedido pelo gabinete do Senhor Deputado Marcos Vieira que justifica a ausência do parlamentar. Foi comunicada também a ausência do Senhor Deputado Valdir Cobalchini, justificada através do ofício 1064/2017 expedido pelo gabinete do parlamentar. Ausência do Deputado Rodrigo Minotto foi justificada através do ofício interno nº 158/2017 expedido pelo gabinete deste parlamentar. **O presidente** destacou a presença do Senhor Ivan Roberto Tauffer, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC). Havendo quorum regimental, **o presidente** abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 24ª Reunião Ordinária da comissão, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, **o presidente** abriu a palavra aos membros, obedecendo a ordem de chegada, para início da discussão de matérias. **O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS:** **PRS./0009.0/2013**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela admissibilidade e pelo apensamento da matéria ao PRS./0006.7/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS/0008.9/2016**, de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que acrescenta o art. 177-A ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005/2008 (cópia digitalizada de anexados nas proposições principais). Exarou parecer pela admissibilidade e pelo apensamento da matéria ao PRS./0006.7/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS./0004.5/2017**, de autoria do **Deputado João Amin e outros**, que dá nova redação ao art. 128, inciso VI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para implementar a distribuição eletrônica de processos nas Comissões. Exarou parecer pela admissibilidade e pelo apensamento da matéria ao PRS./0006.7/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS./0005.6/2017**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, acrescentando-lhe dispositivos, para o fim de criar a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Exarou parecer pela admissibilidade e pelo apensamento da matéria ao PRS./0006.7/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS./0006.7/2017**, de autoria da **Mesa**, que Aprova o regimento Interno da Assembleia Legislativa e adota outras providências. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria e pela admissibilidade do PRS/0002.3/2017 (apensado), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PRS./0008.9/2017**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005/2008, acrescentando-lhe dispositivos, para readequação regimental sobre a eleição presidencial nas comissões parlamentares. Exarou parecer pela admissibilidade e pelo apensamento da matéria ao PRS./0006.7/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0210.9/2015**, de autoria do **Deputado Patrício Destro**, que dispõe sobre critérios e restrições para comercialização de produtos em feiras e eventos transitórios no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Exarou parecer favorável à Emenda Substitutiva Global de fls. 23-25 e às 04 (quatro) Subemendas Modificativas de fls. 80-83 com Subemenda Aditiva, que posto em

discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch, João Amin, José Nei Ascari e Mauro de Nadal; **PL./0245.9/2017**, de autoria do **Deputado Maurício Eskudlark**, que dispõe sobre a utilização das Areias Descartadas de Fundação (ADF). Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Darci de Matos, João Amin, José Nei Ascari e Mauro de Nadal; **PLC./0023.3/2017**, de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que regulamenta a alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 101 do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado Dirceu Dresch. **O SENHOR DEPUTADO DARCI DE MATOS DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS:** **PL./0303.2/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Canoinhas. (Polo de Apoio Presencial de Canoinhas, do Sistema Universidade Aberta do Brasil). Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; **PL./0057.7/2017**, de autoria do **Deputado Kennedy Nunes**, que modifica a Lei nº 7.543, de 1988, alterando disposições sobre a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; **PL./0120.8/2017**, de autoria do **Deputado Kennedy Nunes**, que estabelece a classificação da Visão Monocular como deficiência visual. Exarou parecer pelo apensamento da matéria ao PL./0144/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS:** **PL./0302.1/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Joaquim. (acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social). Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0222.2/2017**, de autoria do **Deputado Darci de Matos**, que declara de utilidade pública a entidade Obras Sociais da Casa Espírita Bezerra de Menezes, de Joinville. Exarou parecer favorável à matéria com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0260.8/2017**, de autoria do **Deputado Jean Kuhlmann**, que declara de utilidade pública a Associação Sítio Dona Lúcia, de Blumenau. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0308.7/2017**, de autoria do **Deputado Jean Kuhlmann**, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Oktoberfest do Município de Blumenau. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; **PL./0270.0/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera o art. 131-D da Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Devolveu vista da matéria sem manifestação. **PL./0081.7/2017**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que dispõe sobre a instauração de processo administrativo pelo DETRAN/SC, para aplicação e cumprimento da penalidade de suspensão do direito de dirigir. Devolveu vista da matéria sem manifestação. **O SENHOR DEPUTADO JOÃO AMIN DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS:** **PL./0164.9/2016**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que proíbe a revista íntima e vexatória dos visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado e adota outras providências. Apresentou voto-vista pela rejeição da matéria, bem como da Emenda Substitutiva Global de fls. 59-60 e da proposição apensada (PL./0178.4/2017). O parecer do relator (José Nei Ascari) favorável à matéria com Emenda Substitutiva Global foi posto em discussão. O Deputado Dirceu Dresch apresentou requerimento de diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0283.4/2017**, de autoria do **Deputado Dirceu Dresch**, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Paradesportiva de Lages (ASESPP), com sede no Município de Lages. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS:** **PL./0125.2/2017**, de autoria

do **Deputado Valdir Cobalchini**, que disciplina o prazo máximo para reinício de funcionamento de estabelecimento bancário em caso de reformas estruturais em prédios, inclusive em razão de danos provenientes de infrações penais, e adota outras providências. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0136.5/2017**, de autoria do **Deputado Valdir Cobalchini**, que exclui informações constantes do Portal Transparência do Governo do Estado de Santa Catarina, relativas a lotação de servidoras sob o alcance de medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário. Exarou parecer favorável à matéria com Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0265.2/2017**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que proíbe a aquisição de fogos de artifício e similares, e repasse de recursos com esta finalidade, por parte da Administração Pública estadual de Santa Catarina. Exarou parecer pelo apensamento da matéria ao PL./0001.2/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0284.5/2017**, de autoria dos **Deputados Natalino Lázare e Valdir Cobalchini**, que altera a Lei nº 16.943, de 2016, que “Denomina Engenheiro Valdir Ruschel o trecho da Rodovia SC-355 entre os Municípios de Iomerê (Entrocamento com a Rodovia SC-464) e Treze Tilias (Entroncamento com a Rodovia SC-465)”, para o fim de estabelecer nova delimitação da referida denominação. Exarou parecer pelo apensamento da matéria ao PL./0206.2/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DIRCEU DRESCH DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTE MATÉRIAS: PLC./0016.4/2017**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que dá nova redação ao § 4º do art. 1º da Lei Complementar nº 447, de 2009, que dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências. Devolveu vista da matéria sem manifestação; **PL./0114.0/2017**, de autoria da **Mesa**, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência. Devolveu vista da matéria sem manifestação; **PL./0076.0/2017**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Capinzal e Ouro (Faunamiga). Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0235.7/2017**, de autoria do **Deputado Kennedy Nunes**, que declara de utilidade pública a Associação Campeões da Luz, de Navegantes. Requereu diligência à referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0272.1/2017**, de autoria do **Deputado Gabriel Ribeiro**, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Guarujá, de Lages. Requereu diligência à referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0246.0/2017**, de autoria do **Deputado Neodi Saretta**, que institui a Semana do Resgate Cultural Regional no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0298.0/2017**, de autoria do **Deputado Mauro de Nadal**, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pinhalzinho. Requereu diligência à referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **OF./0584.0/2017**, de autoria da **Entidade Social**, que solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública o Projeto Espaço Alternativo, de Fraiburgo. Requereu a tramitação da matéria na forma de projeto de lei, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, **o presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Robério de Souza, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 05 de setembro de 2017

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS DOZE HORAS DO DIA ONZE DE JUNHO DE 2017.

Às doze horas, do dia onze de julho de dois mil e dezessete, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os deputados membros da Comissão, Antônio Aguiar, Cleiton Salvaro, Luciane Carminatti e Padre Pedro Baldissera.

Cumprimentando os presentes, sobretudo os dirigentes das instituições, o Senhor Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Presidente da Federação Catarinense de Entidades de e para Cegos, Senhor Jairton Fabeni Domingos, o Presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego, Senhor Jairo da Silva, o representante do Movimento Salve o “SRV”, Senhor João de Paula, e o Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, Senhor Eliton Verardi Dutra. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão informou que a reunião se estabeleceu para que, em convocação, o Presidente da FCEE pudesse se manifestar de acordo com Ofício n. 152/2017, de 06 de julho de 2017, encaminhado a esta Comissão pelo Deputado Padre Pedro Baldissera. Ato contínuo, o Deputado Padre Pedro Baldissera, cumprimentou todos os presentes e contextualizou sobre a falta do Serviço de Reabilitação Visual na sede da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE. Lembrou a audiência pública realizada na ALESC com a presença de cento e cinquenta pessoas, onde foi constituída uma comissão, para que juntamente com o Governo do Estado pudessem acompanhar a reabertura do Serviço de Reabilitação Visual no campus da FCEE. Comentou sobre o período de execução dos serviços e que em 2014, por falta do oftalmologista, os atendimentos foram suspensos. Afirma que os dados apontam uma fila de mais de duas mil pessoas aguardando atendimento. Na sequência, o Deputado José Nei Alberton Ascari, concede fala por até dez minutos para o Presidente da FCEE. Com a palavra, o Senhor Eliton Dutra Verardi, cumprimenta os presentes, agrade a oportunidade e afirma que o serviço foi suspenso por falta do profissional oftalmologista conjugando com outro lapso de tempo em função da mudança de governo. Afirma que recebeu a Comissão constituída na audiência pública no dia vinte de março em seu gabinete, se recordando que naquele momento falou que talvez pudesse fazer uma parceria com a Secretaria da Saúde para que as pessoas não esperassem tanto tempo e ajudasse a resolver o problema. Afirma que as ações não tiveram muito efeito e a evolução não aconteceu. Comenta que já foi realizado o processo de contratação, apesar de o salário ser baixo. Acredita que o serviço será restabelecido na semana seguinte. A FCEE já recebeu a visita da equipe da Secretaria Estadual da Saúde para conferir a estrutura e pelo que consta, está tudo em ordem. Com a palavra, o Deputado Antônio Aguiar, após os cumprimentos, solicita que todos fechem os olhos para sentir a diferença de não se ter visão. Coloca-se a disposição, parabenizando a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pelo belo trabalho executado e pede licença para ausentar-se em função de outro compromisso assumido. Com a permissão do Deputado José Nei Alberton Ascari, o Deputado Padre Pedro Baldissera, questiona o presidente da FCEE, sobre os equipamentos, recursos ópticos e suas aquisições, bem como os agendamentos das pessoas que estão na fila de espera. O presidente da FCEE, Senhor Eliton, afirma que estarão com os agendamentos por parte da Secretaria de Estado da Saúde liberados e que pretendem atender cento e cinquenta pessoas por mês. Em relação aos recursos ópticos e demais equipamentos, afirma que já estão se preparando para o processo licitatório, ação esta em fase adiantada. A FCEE possui um estoque para iniciar os atendimentos e convida o deputado Padre Pedro para conhecer a FCEE, principalmente o Serviço de Reabilitação Visual. Com a palavra, o Deputado José Nei Alberton Ascari registra a presença do senhor Waldemar Pinheiro, Gerente de Pesquisa da FCEE, do Senhor Marcelo Loffi, Coordenador do Centro de Apoio Pedagógico para as Pessoas com Deficiência Visual - Cap, do Senhor Rubens Feijó, Assessor do Presidente da FCEE, da Senhora Isabel Cristina, Auditora da Gerência da Secretaria do Estado da Saúde, da Senhora Adriana Regina e da Senhora Josélia Cristina, pertencentes à Área Técnica da Secretaria de Estado da Saúde. Na sequência, foi concedida a palavra ao Senhor João de Paula, que cumprimenta os presentes e afirma que chega a este dia bastante cansado. Em várias reuniões representantes da FCEE sempre falaram que estava tudo certo e hoje se pergunta se realmente está tudo certo. Afirma que no último sábado ficou muito assustado, pois um participante da comissão que representa a fundação no grupo do Whatsapp afirmou que o Serviço de Reabilitação Visual é função da Saúde e questionou ao presidente da FCEE o que ele entende por educação especial e se o SRV é, em seu entendimento, apenas de saúde. Com a palavra o Senhor Eliton, comenta que o problema de um, é o

problema de todos independentemente se é de saúde, da educação, da FCEE. O problema é da sociedade. Enquanto agente público sente a necessidade de apresentar para a sociedade os resultados através dos seus trabalhos. Conclui sua fala reafirmando que se o Serviço de Reabilitação Visual sempre esteve e está com a FCEE, ele será executado. O deputado José Nei, concede a oportunidade de fala ao senhor Willian, que se apresentou como o fundador do Movimento Salve o SRV e relembra que a presidente que antecedeu o senhor Eliton emitiu um ofício para o Secretário de Estado da Saúde da época, solicitando o não envio de cegos para a FCEE, pois o campus último não iria mais atender, não desejando permanecer com o convênio com a Secretaria. Pergunta ao presidente qual o motivo de se mostrar com tanta vontade agora, e ter permitido que tenha acontecido o desmantelamento, tanto na parte de atendimento quanto na parte da estrutura física. Questiona também, se o dano já causado por falta de atendimento, será ressarcido pelo Estado. O Presidente da FCEE Senhor Eliton se manifesta desconhecedor deste documento e afirma que é administrador, gestor público com pós-graduação em gestão pública e que na sua gestão sempre teve interesse em reativar o SRV e conclui solicitando ajuda dos deputados e do governo, bem como de todos os envolvidos nesta questão. Lembra que sua antecessora fez um convênio com a Secretaria da Saúde em 2015 para restabelecer os serviços com o envio de um oftalmologista e que este não se concretizou por questões administrativas. Colocou-se a disposição e afirmou que está animado em restabelecer o SRV, ainda mais agora que o médico está sendo contratado pela FCEE. É concedida a fala ao Senhor Jairo da Silva, que cumprimenta a todos com cordialidade e demonstra sua inquietude, quanto ao acesso a serviços com qualidade e que esta deve ser a preocupação de todos. Solicita o olhar carinhoso dos senhores deputados, para que com atenção, possam observar e acompanhar a FCEE para que seja restabelecido o Serviço de Reabilitação Visual e que este Estado possa tomar seu destaque como referência, dando condições dignas para a sociedade catarinense com deficiência visual não sofrer mais do que vem sofrendo. Afirma que já ouviu em outros momentos a FCEE se manifestando positivamente, mas os problemas continuam. Solicita aos deputados que possam se aproximar com efetividade da FCEE para averiguar esta e os demais serviços que compunha aquele local. O Senhor Jairo fala agora enquanto pessoa física e ajoelha-se perante os deputados suplicando, como um pedido de agonia e desespero, para que os deputados se aproximem ainda mais desta situação não permitindo mais que as pessoas com deficiência visual, as crianças, continuem sofrendo a falta de um serviço tão essencial como o oferecimento de bengalas, lupas e o próprio Serviço de Reabilitação Visual. O presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Deputado José Nei Alberton Ascari, ressalta que a ALESC procura fazer o seu papel e que no dia 20 de março, teve uma audiência pública conjuntamente com a Comissão da Saúde onde a Assembleia Legislativa tratou com seriedade. Comenta sobre a Comissão constituída a partir da audiência pública, grupo de trabalho este, que fez um esforço se reunindo com todos os responsáveis da esfera executiva. As tratativas não caminharam como desejadas, culminando com a presente convocação para que o dirigente da Fundação pudesse dar suas explicações e lamenta este momento para discutir um serviço que já foi de excelência. Registra que a ALESC, atendendo as reivindicações e o anseio do segmento, não se omitiu e que os deputados agiram dentro de suas limitações. A Assembleia Legislativa está intermediando, usando das ferramentas que o Parlamento dispõe para ajudar nesta empreitada que é muito justa frisando o momento importante que se encontram reunidos. Afirma que se o que foi assumido não acontecer, a Comissão vai continuar tratando deste assunto, utilizando-se de todas as ferramentas possíveis e legais para que este pleito muito justo possa ser atendido. Afirma que fez esta observação por conta do senhor Jairo ter feito referência sobre a atuação da Assembleia Legislativa no que tange ao tema da reunião. O Presidente da Fundação, após autorização do Deputado José Nei Alberton Ascari, relata sua preocupação em reestabelecer os serviços tendo as diversas forças unidas conjuntamente com o acompanhamento da Assembleia Legislativa, visando união e não a divisão. Pontua firmemente, na questão dos avanços que foram realizados e ressalta que em nenhum momento a FCEE se furtou em estar

tentando resolver o problema. Comenta que sentiram um distanciamento de outros órgãos que deveriam estar pensando do mesmo modo que a Fundação. Alerta que em nenhum momento jogou a responsabilidade para outra Secretaria. Chama a responsabilidade para si e para a FCEE. Dirige a palavra ao Senhor Jairo, afirmando que também não pode olhar nos seus olhos e dizer que irão fazer, pois tem conhecimento de sua deficiência, mas que possa ter certeza de que os serviços irão voltar com excelência. Afirma que foram executados todos os encaminhamentos para conseguir o profissional médico. No que tange os equipamentos e materiais, afirma que a morosidade de trâmites burocráticos como licitações não são problemas, pois precisam vencer estas etapas e informa que já possuem um encaminhamento junto ao Governo do Estado para que no mês de agosto seja realizada a licitação para a construção do novo prédio da FCEE, que possuirá cinco mil e quinhentos metros quadrados de área acessível e autossustentável. Afirma que as pessoas com deficiência visual e os profissionais da Fundação terão mais conforto naquele espaço. Acredita que o acompanhamento da ALESC e dos demais interessados no que se refere ao restabelecimento do Serviço de Reabilitação Visual é importante até mesmo para ajudá-los, caso tenham algum problema, algum gargalo neste trâmite. Salienta que são sabedores das dificuldades que existem dentro do Governo Estadual com algumas situações, mas que as situações da FCEE estão bem encaminhadas. O Presidente José Nei Alberton Ascari se mostra satisfeito com o compromisso assumido na reunião por parte da FCEE de modo direto, tendo em vista que na audiência pública passada isto não havia ficado claro, pois na ocasião estavam responsabilizando a Secretaria de Estado da Saúde. A Secretaria, por sua vez devolvendo a responsabilidade para a Fundação. Esta situação ensejou um "pedido de socorro" para a Casa Civil para intermediar junto ao governo uma solução para esta questão. Foi passada a palavra ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Presidente da Federação Catarinense de Cegos e para Cegos, que após os cumprimentos aos presentes, afirmou sua preocupação, pois em agosto do ano passado expediu um ofício para a Comissão da Pessoa com Deficiência da ALESC solicitando apoio para que este trabalho não fosse fechado e em seguida recebeu retorno. O documento com o mesmo teor foi encaminhado para a presidente da época que estava respondendo pela Fundação e não obtiveram respostas. Em uma reunião que teve em janeiro na FCEE recebeu o posicionamento claro de que esta não era atribuição da FCEE e sim da Secretaria de Estado da Saúde, saindo de lá bem decepcionado. Finaliza sua participação desejando não precisar voltar a ter que discutir este assunto futuramente. Fazendo o uso da palavra, a Senhora Carolina, questiona o Presidente da FCEE sobre quem irá arcar com a fila de espera e com estas pessoas que estão piorando com a demora nos atendimentos. Deseja saber quem, pontualmente irá arcar com os prejuízos destas famílias. Em sequência, a palavra é concedida ao Senhor João de Paula, que reafirma que o Serviço de Reabilitação Visual é um direito que está sendo negado. Comenta que o Senhor Eliton está dizendo uma coisa e sua direção está pronunciando outra. Pergunta quem está falando a verdade, pois possui em seu celular uma gravação realizada no último sábado (08/07), via grupo da Comissão de Acompanhamento de Reestruturação do Serviço de Reabilitação Visual e entre as conversas um representante da FCEE afirmou que este serviço é da Secretaria de Estado da Saúde. Pergunta quando será finalizado o contrato do médico e se já foi realizada a contratação com a Saúde. Comenta sobre a proposta de alteração de lei para os médicos e se já foi encaminhada à Secretaria do Estado da Saúde e Educação para posteriormente ser encaminhada à Casa Civil; lei esta que foi feita com um texto de "criança, pois que não possuiu instrução. Propôs um desafio ao Presidente da FCEE, que caso o Serviço de Reabilitação Visual não volte a funcionar, que ele solicite sua renúncia. Exemplifica o caso de uma criança do interior, que com sete anos de idade ficou cega, segundo seu oftalmologista, por falta de atendimento, indagando quem irá efetuar o pagamento desta conta. Afirma que quando em reunião na casa Civil, o que se ouvia foi que tudo está certo e muito bem. Continuando, ressalta que trocaram até o representante na Comissão de Acompanhamento da Reestruturação do Serviço de Reabilitação Visual. Encerra sua participação afirmando que estará na FCEE na segunda-feira às nove horas da manhã para ver se os serviços estão funcionando. Com a palavra, o Deputado

Padre Pedro pergunta ao Senhor Presidente da Fundação se existe algum mecanismo - pois o profissional médico terá contrato temporário de apenas dois anos - para que em momento futuro o problema não retorne. Solicita esforços para que exista um programa no intuito de que possa garantir a continuidade dos atendimentos. Faz breves comentários sobre os prejuízos impossíveis de mensurar quando pessoas estão perdendo a visão por falta destes serviços. Agradece a presença do senhor convocado ressaltando a relevância do assunto e também se dirige ao presidente dos trabalhos agradecendo a disponibilidade franca e aberta da Comissão, elogiando o presidente por sua atuação neste Parlamento. O Deputado José Nei cumprimenta o Deputado Padre Pedro por sua iniciativa em manter este assunto tão importante em pauta. O Senhor Eliton se mostra preocupado com as pessoas na fila, afirmando que a FCEE tem previsão de cento e cinquenta atendimentos por mês e todos serão atendidos quando a Secretaria de Estado da Saúde encaminhar e abrir a agenda. Comparece nesta reunião com a melhor das intenções e boa vontade para resolver o problema. Afirma que se alguém tenha falado algo diferente não foi por sua orientação e teve o cuidado de chegar até o presente momento com a certeza de que irão reestabelecer os serviços. Conclui sua fala ressaltando que o Governo do Estado de Santa Catarina investiu mais de duzentos e trinta milhões de reais em educação especial no ano de dois mil e dezesseis e que não é justo que o Serviço de Reabilitação Visual fique fora destes investimentos. Já estão trabalhando em uma lei que partirá do Executivo objetivando melhorar o salário do profissional médico da Fundação para mantê-lo trabalhando no Serviço de Reabilitação Visual. Na sequência foi aprovado por unanimidade a realização do II Seminário dos Povos Surdos: A importância das Associações de surdos como defensora dos direitos e preservação da dignidade da comunidade surda, com apoio da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o Seminário Autismo: Desafios e potencialidades, que será realizado em Navegantes no dia 23 de outubro do corrente ano. O presidente da Comissão Deputado José Nei Ascari agradece todos os presentes, informando que está sendo convocada outra reunião para o dia dois de agosto às onze horas da manhã para que possa dar sequência a este assunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Jerônimo Lopes, Assessor da Comissão, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, onze de julho de dois mil e dezessete.

José Nei Alberton Ascari

Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE ADMINISTRATIVA

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, em cumprimento ao princípio da publicidade e em rigorosa observância ao que prevê o art. 37, caput, art. 5º em seus incisos XIV, XXXIII e LX c/c com o art. 93, inciso IX da **Constituição Federal**, comunica aos interessados que em face da empresa Rei dos Reis Comércio Atacadista e Varejista de Equipamentos de Informática Ltda., CNPJ nº 13.729.372/0001-03, ter entregado fora de prazo o objeto licitado através do Pregão 008/2016, que culminou com a Ata de Registro de Preços nº 011/2016, aplicou-lhe sanção administrativa previamente prevista na cláusula décima da Ata de Registro de Preços nº 011/2016 e no item 18 do Edital de Pregão 008/2016, fiéis às normas estabelecidas na Lei 10.520/02 e as previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, que resultou no **impedimento de contratar com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina por um prazo mínimo de 02 (dois) anos, a contar de 1º de setembro de 2017 e, a suspensão do fornecimento do produto previsto no Lote nº 03 da Ata de Registro de Preços nº 011/2016, sem prejuízos da aplicação de outras penalidades previstas nas leis já citadas.**

Florianópolis/SC, 11 de setembro de 2017.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1692, de 11 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CLAYTON DA SILVEIRA**, matrícula nº 5681, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Natalino Lazare).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1693, de 11 de setembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 026/2017.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA	Pregoeiro
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro substituto
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Equipe de apoio
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1039	VICTOR INÁCIO KIST	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1694, de 11 de setembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 0027/2017.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro substituto
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Equipe de apoio
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1039	VICTOR INÁCIO KIST	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1695, de 11 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º, 11 e 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CLAYTON DA SILVEIRA, matrícula nº 5681, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2017 (Gab Dep Natalino Lazare).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1696, de 11 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR ANA BRIGIDA CAMARGO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Chapecó).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1697, de 12 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor MARIO CARLOS GOULART, matrícula nº 2776, de PL/GAM-73 para o PL/GAM-76, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Setembro de 2017 (MD - 2ª Secretaria)

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1698, de 12 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor WAGNER PEREIRA PIZZETTI, matrícula nº 4483, de PL/GAB-58 para o PL/GAB-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de Setembro de 2017 (Gab Dep Manoel Mota)

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1699, de 12 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **MARIA APARECIDA MARTINS SITONIO**, matrícula nº 3971, designada pelo respectivo Deputado, é a responsável pelo Gabinete do Deputado Nilso José Berlanda para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores internos e externos.

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1700, de 12 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JHONAT ANSCHAU**, matrícula nº 7844, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de Setembro de 2017 (Liderança do PC do B).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1701, de 12 de setembro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR DEOMIR MARTINHAGO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Milton Hobus - Chapecó).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1702, de 12 de setembro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 024/2017 - **Republicação.**

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro substituto
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Equipe de apoio
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULÇÃO VIANNA	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGILHOTT	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***